

Demonstrações financeiras

Elera Comercializadora Ltda.

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

Elera comercializadora Ltda.

Demonstração financeira

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre a demonstração financeira	1
Balço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração do fluxo de caixa	9
Contexto operacional.....	10
Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras	11
Caixa e equivalentes de caixa	15
Contas a receber de clientes	15
Contratos de comercialização de energia.....	16
Impostos a recuperar.....	17
Imobilizado	18
Intangível.....	20
Contas a pagar e fornecedores	21
Mútuos a pagar	22
Obrigações tributárias	22
Provisão para demandas judiciais	22
Patrimônio líquido.....	24
Receita operacional líquida	25
Custos e despesas por natureza	26
Resultado financeiro.....	27
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	27
Transações com partes relacionadas	29
Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco	31



Shape the future
with confidence

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Quotistas e Diretores da
Elera Comercializadora Ltda.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Elera Comercializadora Ltda. (“Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



**Shape the future
with confidence**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.



**Shape the future
with confidence**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de abril de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

Fulvio A. Matias de Carvalho
Contador CRC SP-294991/O

Elera Comercializadora Ltda.

Balço patrimonial
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	17.569	35.264
Contas a receber de clientes	4	119.983	96.200
Contas a receber – Partes relacionadas	18	60.057	260.213
Contratos de comercialização de energia	5	382.803	260.838
Impostos e contribuições a recuperar	6	24.797	22.096
Despesas antecipadas		2	1
Outras contas a receber		8	-
Total do ativo circulante		605.219	674.612
Não circulante			
Contratos de comercialização de energia	5	22.721	80.253
Intangível	8	2.052	3.005
Imobilizado	7	1	2
Total do ativo não circulante		24.774	83.260
Total do ativo		629.993	757.872

As notas explicativas são parte integrante da demonstração financeira.

Elera Comercializadora Ltda.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Passivo			
Circulante			
Contas a pagar e Fornecedores	9	58.366	38.403
Contas a pagar – Partes relacionadas	18	120.021	321.137
Mútuos a pagar	10 e 18	9.278	9.090
Obrigações tributárias	11	4.244	7.121
Contratos de comercialização de energia	5	402.254	272.606
Outras contas a pagar		-	404
Total do passivo circulante		594.163	648.761
Não circulante			
Contratos de comercialização de energia	5	24.424	77.407
Total do passivo não circulante		24.424	77.407
Patrimônio líquido			
Capital social	13	50.000	50.000
Prejuízos acumulados		(38.594)	(18.296)
		11.406	31.704
Total do passivo e do patrimônio líquido		629.993	757.872

As notas explicativas são parte integrante da demonstração financeira.

Elera Comercializadora Ltda.

Demonstração do resultado
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Receita operacional líquida	14	808.358	394.527
Custo de compra de energia	15	(813.679)	(387.772)
Marcação a mercado dos contratos de energia	5	(12.232)	(18.598)
Lucro bruto		(17.553)	(11.843)
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas administrativas e gerais	15	(3.822)	(3.890)
Outras receitas e despesas operacionais		(1.073)	(2.095)
		(4.895)	(5.985)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		(22.448)	(17.828)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	16	3.217	3.717
Despesas financeiras	16	(1.067)	(989)
		2.150	2.728
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(20.298)	(15.100)
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	17	-	(809)
Diferido	17	-	3.290
		(20.298)	2.481
Prejuízo do exercício		(20.298)	(12.619)

As notas explicativas são parte integrante da demonstração financeira.

Elera Comercializadora Ltda.

Demonstração do resultado abrangente
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Prejuízo do exercício	(20.298)	(12.619)
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(20.298)</u>	<u>(12.619)</u>

As notas explicativas são parte integrante da demonstração financeira.

Elera Comercializadora Ltda.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2023		50.000	(5.677)	44.323
Prejuízo do exercício		-	(12.619)	(12.619)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		50.000	(18.296)	31.704
Prejuízo do exercício		-	(20.298)	(20.298)
Saldo em 31 de dezembro de 2025		50.000	(38.594)	11.406

As notas explicativas são parte integrante da demonstração financeira.

Elera Comercializadora Ltda.

Demonstração dos fluxos de caixa
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(20.298)	(15.100)
Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do prejuízo com o fluxo de caixa			
Depreciação do ativo imobilizado	7	1	1
Amortização do intangível	8	953	377
Encargos financeiros sobre mútuos a pagar	10	188	184
Marcação a mercado dos contratos de comercialização de energia	5	12.232	18.598
(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Contas a receber de clientes		(23.783)	(7.545)
Contas a receber - Partes relacionadas		200.156	(240.764)
Despesas antecipadas		(1)	(1)
Impostos e contribuições a recuperar		(2.701)	(50)
Outras contas a receber		(8)	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Contas a pagar e Fornecedores		19.963	20.792
Contas a pagar - Partes relacionadas		(201.116)	254.988
Obrigações tributárias		1.273	(160)
Outras contas a pagar		(404)	(626)
(-) Pagamento de impostos de renda e contribuição social		(4.150)	(2.612)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais		(17.695)	28.082
Aumento (redução) líquido (a) do saldo de caixa e equivalente de caixa		(17.695)	28.082
Caixa e equivalente de caixa em 1º de janeiro		35.264	7.182
Caixa e equivalente de caixa em 31 de dezembro		17.569	35.264

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Elera Comercializadora Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais R\$)

1. Contexto operacional

A Elera Comercializadora Ltda. (“BET” ou “Empresa”) é uma sociedade limitada, constituída em 30 de março de 2000, com sede na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 1º, 2º e 4º andares, salas 101, 201 a 204 e 401 a 404, Jacarepaguá, CEP 22.775- 028, na cidade e estado do Rio de Janeiro, que tem por objeto social o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica, na condição de agente comercializador, nos termos da Resolução ANEEL nº 265, de 13 de agosto de 1998, e a participação como acionista ou quotista no capital de outras entidades comerciais de qualquer ramo de atividade. A Empresa é atualmente controlada pela Elera Renováveis S.A.

A Empresa possui contratos de venda de energia com consumidores livres de energia e comercializadores de energia. A disponibilidade de energia é proveniente das usinas do Grupo Elera (firmando contratos *intercompanies*) assim como contratos de compra de energia com comercializadores e geradores do mercado.

1.1. Continuidade operacional

Administração avaliou a capacidade da Empresa de continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos e geração de caixa operacional suficientes para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

1.2. Aprovação das demonstrações financeiras

A presente demonstração financeira da Empresa foi aprovada pela Diretoria em 29 de abril de 2026.

1.3 Impactos do Pilar Dois

Em 23 de maio de 2023, o *International Accounting Standards Board* emitiu a Reforma Tributária Internacional – Regras Modelo do Pilar Dois – Alterações à IAS 12 (equivalente ao CPC 32), que esclarecem que a IAS 12 (CPC 32) se aplica aos impostos sobre a renda decorrentes de legislações tributárias promulgadas ou substancialmente promulgadas para implementar as regras modelo do Pilar Dois publicadas pela OCDE, incluindo legislações tributárias que implementam os Impostos Mínimos de Complementação Doméstica Qualificados. A Empresa adotou essas emendas. No entanto, a administração não identificou impactos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Elera Comercializadora Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais R\$)

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

2.2. Base de mensuração

A demonstração financeira da Empresa foi preparada com base no custo histórico, exceto quando mensurados pelo valor justo. As demonstrações financeiras da Empresa estão apresentadas em reais e todos os valores são arredondados para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

A Empresa preparou as demonstrações financeiras partindo do pressuposto de continuidade operacional.

A diretoria aplicou na elaboração da demonstração financeira da Empresa a orientação técnica OCPC 07 (R1), com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a diretoria afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão do negócio.

2.3. Moeda funcional

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Empresa. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Empresa pela taxa de câmbio das datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de encerramento do exercício são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data.

Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são geralmente reconhecidas no resultado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos às taxas das transações.

Elera Comercializadora Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais R\$)

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação da Demonstração Financeira requer que a diretoria faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Empresa, a administração efetuou os seguintes julgamentos, estimativas e premissas apresentados nas notas explicativas abaixo:

Nota explicativa 6 – Contratos de comercialização de energia: Mensuração a valor justo;
Nota explicativa 7 – Imobilizado: Valor recuperável e vida útil dos ativos;
Nota explicativa 12 – Provisão para demandas judiciais: Classificação dos riscos de perda;
Nota explicativa 14 – Receita operacional líquida: Receita não faturada.
Nota explicativa 18 – Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido: Realização dos impostos de renda e contribuição social diferido.

2.5. Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados a primeira vez em 2025

A Empresa avaliou o conteúdo das novas normas que se tornaram efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025, conforme descrito abaixo. A Empresa não adotou antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas não estejam vigentes.

Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

A Empresa não realizou operações de Leaseback ou aluguel de itens vendidos que sejam anteriormente de sua propriedade.

OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)

Em 18 de outubro de 2024 o CPC emitiu o OCPC 10 com o objetivo de tratar os requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidência de créditos de carbono (tCO2e)¹, Permissões de emissão (allowances)² e créditos de descarbonização (CBIO) a serem observados pelas entidades na originação e aquisição para cumprimento de metas de descarbonização ou negociação, bem como dispor sobre os passivos associados.

Elera Comercializadora Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais R\$)

A Empresa avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos por não operar com esses produtos e não fazer parte do seu plano de negócio.

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

A Empresa avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos.

2.6. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão da demonstração financeira, estão descritas a seguir. A Empresa pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto

Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture entrada e, vigor ainda não definida.

CPC 48 e CPC 40 (R1) - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

Clarificações sobre reconhecimento, desreconhecimento e novas divulgações para instrumentos financeiros entrada em vigor em 01 de janeiro de 2026.

CPC 51: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em 07 de janeiro de 2026, o Comitê de pronunciamentos contábeis emitiu o CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis, que substitui equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O CPC 51 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo

Elera Comercializadora Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais R\$)

totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novos.

O CPC 51 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O CPC 51 será aplicado retrospectivamente.

A Diretoria iniciou uma análise minuciosa e aprofundada sobre a entrada em vigor do referido normativo, com o objetivo de avaliar seus potenciais impactos na divulgação das demonstrações financeiras. Até a data-base deste relatório, não é possível divulgar os efeitos concretos desta adoção.

A Diretoria avaliou detidamente e não foram identificados impactos em relação a apresentação dos relatórios contábeis da Empresa

Alterações à IFRS 10 e IAS 28 -Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture.

Em fevereiro de 2026, o IASB publicou um Exposure Draft propondo ajustes específicos na IAS 28, visando clarificar quais investimentos em associadas e joint ventures podem ser mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Ainda não temos a definição de uma data efetiva.

IFRS S1 — Divulgações Gerais de Sustentabilidade e IFRS S2 — Divulgação Climática

Essas normas estabelecem princípios para a divulgação de informações relevantes sobre riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade que possam afetar a posição financeira, desempenho e fluxos de caixa futuros da Empresa.

IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.

Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

A Diretoria avaliou detidamente e não foi identificados impactos em relação a apresentação dos relatórios contábeis da Empresa.

Elera Comercializadora Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais R\$)

2.8. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação dessa demonstração, estão apresentadas e resumidas nas respectivas notas explicativas e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3. Caixa e equivalentes de caixa

A Empresa considera que Caixa e equivalentes de caixa são valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo da Empresa. Os montantes registrados são imediatamente conversíveis em caixa e possuem risco insignificante de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

	2025	2024
Caixa e depósitos bancários	329	8.240
Aplicações financeiras	17.240	27.024
Total	17.569	35.264

As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a operações compromissadas com títulos privados e a CDB renda fixa, remuneradas à taxa média de 100% e 98% da variação do CDI, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente, compostas da seguinte forma:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	2025	2024
Banco Itaú S.A.	Fundo DI	CDI	14.432	21.900
Banco Bradesco S.A.	Fundo DI	CDI	44	1.190
Banco BTG Pactual S.A.	Fundo DI	CDI	2.764	3.934
Total			17.240	27.024

4. Contas a receber de clientes

Refere-se substancialmente a consumidores e concessionários por meio de contratos bilaterais de venda de energia, incluindo também os valores a receber relativos à energia porventura liquidada diretamente na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), contabilizado com base no regime de competência.

O saldo de contas a receber é demonstrado pelos valores históricos e não foram ajustados a valor presente, em virtude de serem constituídos de créditos de curto prazo, sem juros embutidos.

As perdas estimadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para todo período útil do ativo financeiro, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento

Elera Comercializadora Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais R\$)

financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos anos, bem como, a expectativa de perda futura utilizando como base probabilidade de perda determinada individualmente e coletivamente.

	2025	2024
Venda de energia elétrica - Não faturado	67.021	63.109
Venda de energia elétrica - faturada	37.362	30.508
Venda de energia - CCEE	15.600	2.583
	119.983	96.200

A composição dos saldos por prazo de vencimento é como segue:

	2025	2024
Saldo a vencer	88.983	63.109
Saldo vencido até 30 dias	9.252	27.455
Saldo vencido de 31 a 60 dias	14.800	-
Saldo vencido de 61 a 90 dias	6.948	5.636
Total das contas a receber de clientes	119.983	96.200

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, nenhuma provisão de perda esperadas de créditos de liquidação duvidosa (PECLD) foi constituída, em decorrência da inexistência de perdas prováveis na realização do contas a receber.

Atualmente a gestão da Empresa entende que não seja necessária a constituição da provisão de perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa.

5. Contratos de comercialização de energia

A Empresa possui um portfólio de contratos de energia futuros, que compreendem a compra e venda de energia, visando atender ofertas de consumo ou fornecimento de energia, possuindo flexibilidade para gerenciar esses contratos com o objetivo de obter ganhos por variações nos preços de mercado, considerando suas políticas internas e limites de risco.

Tais operações de compra e venda de energia são transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumento financeiro, devido ao fato de serem quitados pelo valor líquido a vista e serem prontamente conversíveis em dinheiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos, segundo o CPC 48 - Instrumentos Financeiros e são reconhecidos no balanço da Elera Comercializadora Ltda. pelo seu valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e é reavaliado a valor justo na data do balanço.

O valor justo dos derivativos de compra e venda de energia são estimados com base nas cotações de preços de mercados ativos onde tais dados são observáveis de mercado de venda e energia e estão disponíveis a cada fechamento contábil para mensuração de valor justo. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos difere do preço da transação, um ganho de valor justo ou perda de valor justo é reconhecido na data-base no resultado do exercício.

Elera Comercializadora Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais R\$)

A Empresa possui compromissos de contratos de compra e venda de energia para suprimento futuro, não possuindo outros compromissos relevantes além dos contratos de compra e venda de energia os quais resultaram nos efeitos de marcação a mercado no montante de R\$405.524 e R\$426.678 em 31 de dezembro de 2025 (R\$341.091 e R\$350.013 em 31 de dezembro de 2024), em recebíveis e obrigações, respectivamente. Estas transações resultaram em ganho e perda para a Empresa, que foi reconhecido pelo seu valor justo.

As operações e os respectivos efeitos das marcações a mercado estão demonstrados a seguir:

	2025	2024
<u>Comercialização de energia</u>		
Constituição de contratos de venda de energia	405.524	341.091
Constituição de contratos de compra de energia	(426.678)	(350.013)
Total	(21.154)	(8.922)
Ativo circulante	382.803	260.838
Ativo não circulante	22.721	80.253
	405.524	341.091
Passivo circulante	402.254	272.606
Passivo não circulante	24.424	77.407
	426.678	350.013
Contituição de MtM sobre os contratos de comercialização de energia	(4.672)	(28.179)
(-) Imposto de renda e contribuição social diferido – 34%	1.589	9.581
(-) PIS e COFINS diferido – 9,25%	432	-
(-) Reversão do exercício anterior	(9.581)	-
Efeito do MtM no resultado	(12.232)	(18.598)

6. Impostos e contribuições a recuperar

Os impostos a recuperar são registrados quando existe um direito legal para a Empresa. Os saldos são apresentados líquidos das perdas estimadas de créditos tributários e a recuperabilidade dos saldos é revisada anualmente. Os impostos a recuperar representam os direitos que serão realizados por meio de compensações com obrigações futuras provenientes das operações da Empresa. A Empresa revisa continuamente a capacidade de realização desses ativos e, quando necessário, provisões são constituídas para assegurar que esses ativos sejam contabilizados com base no seu valor realizável:

- Tiver o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos; e
- Pretender liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Elera Comercializadora Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais R\$)

	2025	2024
IRPJ/CSLL	9.820	7.159
PIS/COFINS	7.624	7.600
ICMS	67	79
ISS	-	21
Retido de terceiros	7.286	7.237
Total	24.797	22.096

Em 31 de dezembro de 2025, no que diz respeito às incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro, a Empresa efetuou as avaliações e concluíram que é mais provável do que não que os tratamentos sejam aceitos pela autoridade fiscal.

7. Imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada. A Empresa utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo ou considerando o período remanescente de autorização ou concessão, dos dois, o menor.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que irão gerar benefícios econômicos futuros associados ao item e quando seu custo pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Ganhos e perdas por alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais" na demonstração do resultado.

Método de depreciação:

Para o cálculo da depreciação, é considerado a vida útil dos bens ou o prazo de autorização de operação, dos dois, o menor. O quadro abaixo demonstra a vida útil dos itens, conforme enquadramento dos ativos da Empresa à Portaria nº 674/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que se assemelham às vidas úteis efetivas dos bens. Os ativos administrativos são depreciados a taxas que também refletem a vida útil efetiva dos bens.

A Empresa efetuou a revisão da taxa de depreciação de seus ativos imobilizados ao final dos exercícios de 2025 e 2024 e não julgou necessário alterar a estimativa de vida útil individual de seus ativos.

O quadro abaixo demonstra a vida útil dos itens.

Máquinas e equipamentos	<u>Vida útil</u> 10 a 40 anos
-------------------------	---

Elera Comercializadora Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais R\$)

Testes de recuperabilidade de ativos (teste de *impairment*)

A Empresa revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar a deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

A Empresa analisou em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o valor contábil líquido do ativo imobilizado com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar a deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável.

A diretoria avaliou e conclui que não há indicativos de perda no valor recuperável do ativo imobilizado.

Segue abaixo os movimentos do imobilizado na demonstração financeira:

	2025			2024	
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
<u>Em serviço</u>					
Máquinas e equipamentos	7	(6)	1	2	
	<u>7</u>	<u>(6)</u>	<u>1</u>	<u>2</u>	
	Saldo em 2024	Adição	Transferências	Baixas	Saldo em 2025
<u>Em serviço</u>					
Máquinas e equipamentos	7	-	-	-	7
	<u>7</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>7</u>
Depreciação	Saldo em 2024	Adição	Transferências	Baixas	Saldo em 2025
<u>Em serviço</u>					
Máquinas e equipamentos	(5)	(1)	-	-	(6)
	<u>(5)</u>	<u>(1)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(6)</u>
	Saldo em 2023	Adição	Transferências	Baixas	Saldo em 2024
<u>Em serviço</u>					
Máquinas e equipamentos	7	-	-	-	7
	<u>7</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>7</u>

Elera Comercializadora Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais R\$)

Depreciação	Saldo em 2023	Adição	Transferências	Baixas	Saldo em 2024
<u>Em serviço</u>					
Máquinas e equipamentos	(4)	(1)	-	-	(5)
	(4)	(1)	-	-	(5)

8. Intangível

A Empresa reconhece como um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços, quando ela tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de tal concessão. De acordo com o CPC 04 (R1), um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o seu reconhecimento inicial.

Após este reconhecimento tal ativo intangível é mensurado pelo seu custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução do seu valor recuperável. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com os gastos serão auferidos pela Empresa.

A amortização é calculada sobre o custo de aquisição do ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual apurado. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear e limitada ao prazo remanescente do contrato de concessão da Empresa ou a vida útil estimada dos ativos intangíveis, dos dois o menor, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Este método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo, conforme estabelecido no CPC 04 (R1).

A vida útil de um ativo intangível, em um contrato de concessão de serviço, é o período a partir do qual a Empresa têm a capacidade de cobrar do público pelo uso da infraestrutura até o fim da vida útil do bem, limitado ao final do período da concessão. Os métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos caso haja alterações deliberadas pelo órgão regulador.

Cessão onerosa de direitos

A Rede Comercializadora de Energia S.A. e a Empresa assinaram um instrumento de cessão onerosa de direitos por força do qual a Rede Comercializadora de Energia S.A. cedeu à BET os direitos e obrigações de que era titular, perante a Salto Jaurú Energética S.A. (“SAJESA”), em contrapartida da liquidação de seu contas a pagar de energia elétrica, com isso, a BET passou a deter o direito de recebimento de comissões e exploração comercial decorrentes da venda de energia. Como contrapartida pela aquisição deste ativo, a BET liquidou saldos de contas a pagar que possuía junto à Rede Comercializadora de Energia S.A.

Nos termos desse acordo, a SAJESA permanece vinculada ao pagamento de comissões incidentes sobre diferenças de valores entre a venda de energia no mercado livre e o preço pelo qual a energia seria vendida à Centrais Elétricas Matogrossenses. Por força desse

Elera Comercializadora Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais R\$)

instrumento de cessão onerosa, as obrigações de pagamento que a SAJESA tinha com a Rede Comercializadora de Energia S.A foram transferidos para a BET.

Com a cessão onerosa, a BET passou a deter o direito de recebimento dos valores anteriormente devidos à Rede Comercializadora. O ativo intangível reconhecido reflete o valor justo desse direito aos fluxos de caixa futuros e é amortizado pelo prazo remanescente do contrato de concessão ao qual está vinculado.

Segue a movimentação do ativo intangível da Empresa:

	2025			2024
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Direito de exploração comercial	11.711	(9.659)	2.052	3.005
	11.711	(9.659)	2.052	3.005
Custo	Saldo em 2024	Adição	Baixa	Saldo em 2025
Direito de exploração comercial	11.711	-	-	11.711
	11.711	-	-	11.711
Amortização	Saldo em 2024	Adição	Baixa	Saldo em 2025
Direito de exploração comercial	(8.706)	(953)	-	(9.659)
	(8.706)	(953)	-	(9.659)
Custo	Saldo em 2023	Adição	Baixa	Saldo em 2024
Direito de exploração comercial	11.711	-	-	11.711
	11.711	-	-	11.711
Amortização	Saldo em 2023	Adição	Baixa	Saldo em 2024
Direito de exploração comercial	(8.329)	(377)	-	(8.706)
	(8.329)	(377)	-	(8.706)

9. Contas a pagar e Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

São, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente devido ao curto prazo de pagamento.

	2025	2024
Fornecedores	9.442	-
Contas a pagar - CCEE	48.924	38.403
	58.366	38.403

Elera Comercializadora Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais R\$)

10. Mútuos a pagar

Credor	Modalidade	Encargos	2025		2024	
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
<u>Em moeda nacional</u>						
Elera Renováveis S.A.	Partes relacionadas	Sem encargos	9.278	-	9.090	-

A movimentação do Mútuo a pagar na demonstração financeira da Empresa é conforme abaixo:

	2025	2024
Saldo inicial	9.090	8.906
IOF provisionado (Nota 16)	188	184
Saldo final	9.278	9.090

Em 31 de dezembro de 2025, a Empresa possui operação de mútuo realizada com a Elera Renováveis S.A. sem juros e sem data de vencimento.

11. Obrigações tributárias

O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício acrescidos de eventuais ajustes de exercícios anteriores. O montante dos tributos corrente a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo considerando a melhor estimativa quanto ao valor esperado a recolher ou a recuperar. A mensuração é realizada com base nas alíquotas vigentes na data do balanço. A Empresa compensa os ativos e passivos fiscais correntes se:

- Tiver o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos; e
- Pretender liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

	2025	2024
IRPJ/CSLL	-	810
ICMS	4.241	6.286
ISS	2	21
Retido de terceiros	1	4
	4.244	7.121

12. Provisão para demandas judiciais

As provisões existentes na Empresa estão ligadas, principalmente, a discussões nas esferas judiciais e administrativas decorrentes, em sua maioria, de processos trabalhistas, previdenciários, cíveis e tributários. A diretoria da Empresa classifica esses processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma:

Elera Comercializadora Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais R\$)

Perda provável:

São processos com maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%. Para esses processos, a Empresa mantém provisão contábil que é apurada da seguinte forma: processos trabalhistas – o valor provisionado corresponde ao valor de desembolso estimado; processos tributários – o valor provisionado corresponde ao valor da causa acrescido de encargos correspondentes à variação da taxa Selic; e demais processos – o valor provisionado corresponde ao valor da causa.

Perda possível:

São processos com possibilidade de perda maior que remota. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Para esses processos, a Empresa não faz provisão e destaca em nota explicativa os de maior relevância, quando aplicável.

Perda remota:

São processos para os quais o risco de perda é avaliado como pequeno. Para esses processos, a Empresa não faz provisão e nem divulgação em nota explicativa, independentemente do valor envolvido.

A Diretoria da Empresa acredita que as estimativas relacionadas à conclusão dos processos e a possibilidade de desembolso futuro podem mudar em face do seguinte: (i) instâncias superiores do sistema judicial podem tomar decisão em caso similar envolvendo outra Empresa, adotando interpretação definitiva a respeito do caso e, conseqüentemente, antecipando a finalização de processo envolvendo a Empresa, sem qualquer desembolso ou implicando na necessidade de liquidação financeira do processo; e (ii) programas de incentivo ao pagamento dos débitos, implementado no Brasil a nível Federal e Estadual, em condições favoráveis, que podem levar a um desembolso inferior ao que se encontra provisionado ou inferior ao valor da causa.

A Empresa realiza, de forma periódica, análises de sensibilidade relacionadas às alterações nas premissas e estimativas utilizadas na mensuração das provisões para demandas judiciais. Com base na avaliação efetuada, não foram identificadas mudanças que resultassem em impactos relevantes ou ajustes contábeis nas demonstrações financeiras da Empresa em 31 de dezembro de 2025.

A Empresa não possui processos em andamento com probabilidade de perdas prováveis em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Principais processos em andamento com probabilidade de perda possível:

	2025	2024
Riscos cíveis	87	76
Admin./Judic. tributário	403	532
Total	490	608

Elera Comercializadora Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais R\$)

Ações cíveis:

Em 31 de dezembro de 2025 existe um processo cível, referente a uma ação indenizatória, classificado como perda possível por seus assessores legais no montante de R\$87 (R\$76 em 31 de dezembro de 2024).

Ações admin./Judic. tributário

Em 31 de dezembro de 2025 existem dois processos tributários judiciais, referente a execuções fiscais, classificados como perda possível por seus assessores legais no montante de R\$403 (R\$532 em 31 de dezembro de 2024).

13. Patrimônio líquido

Capital social:

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$50.000, dividido em 106.892.215 (cento e seis milhões, oitocentas e noventa e duas mil, duzentas e quinze), ações, com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada.

Reservas de lucros:

Reserva de retenção de lucros:

O Contrato Social da Empresa prevê que o saldo remanescente, após as deduções legais, será distribuído como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral.

Conforme previsto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos. Ainda, conforme previsto no artigo 202, §§ 4º e 5º da Lei nº 6.404/76, os lucros que deixarem de ser distribuídos em razão de situação financeira da Empresa devem ser registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que o permitir a situação financeira da Empresa.

Dividendos:

O Contrato Social determina que será destinado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório o valor correspondente a 25% do lucro líquido do exercício.

O Estatuto Social determina também que, atendida à destinação do dividendo mínimo obrigatório, o saldo disponível será distribuído, igualmente, como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral.

Elera Comercializadora Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais R\$)

Deliberações do exercício de 2025 e 2024:

Durante o exercício de 2025 e 2024 a Empresa apresentou prejuízos acumulados.

14. Receita operacional líquida

Reconhecimento da receita

A receita operacional da Empresa é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência persuasiva de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização, conforme disposto no CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente.

Venda de energia elétrica

Os contratos com clientes da Empresa envolvem a venda de energia elétrica. A Empresa avalia os contratos com clientes que serão objeto de reconhecimento de receitas e identifica os serviços distintos prometidos em cada um deles.

A receita de comercialização de energia é registrada pelo regime de competência com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

São consideradas obrigações de performance as promessas de transferir ao cliente bem ou serviço (ou grupo de bens ou serviços) que seja distinto, ou uma série de bens ou serviços distintos que sejam substancialmente os mesmos e que tenham o mesmo padrão de transferências para o cliente.

Receita não faturada

A Empresa registra as receitas ainda não faturadas, porém incorridas, cuja disponibilização de energia foi concluída, mas ainda não foi faturada até o final de cada período. A definição dos valores das receitas ainda não faturadas requer a uso de certas estimativas.

Elera Comercializadora Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais R\$)

	2025	2024
Receita operacional bruta		
<u>Fornecimento de energia</u>		
Venda de energia elétrica	369.277	375.862
Receita de venda de energia elétrica - Partes relacionadas (Nota 18)	407.649	-
Comissão de comercialização – Partes relacionadas (Nota 18)	1.171	694
Resultado com CCEE	58.842	18.007
	836.939	394.563
<u>Deduções da receita operacional bruta</u>		
<u>Impostos sobre a venda</u>		
ICMS	(28.525)	-
ISS	(56)	(36)
	(28.581)	(36)
Receita operacional líquida	808.358	394.527

15. Custos e despesas por natureza

Os custos do serviço de energia elétrica são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e (ii) com base na associação direta da receita.

	2025	2024
Custo do serviço de energia elétrica		
Compra de energia – Partes relacionadas (Nota 18)	(811.610)	(386.789)
Royalties ANEEL	(991)	(582)
Total custo do serviço de energia elétrica	(812.601)	(387.371)
Custo com operação	2025	2024
Impostos, licenças e taxas	(23)	(9)
Comissão de venda	(90)	-
Serviços de terceiros	(1)	-
Depreciação do ativo imobilizado (Nota 7)	(1)	(1)
Amortização do intangível (Nota 8)	(953)	(377)
Promoção e publicidade	(10)	(14)
Total custo com operação	(1.078)	(401)
Total de custos	(813.679)	(387.772)
Despesas gerais	2025	2024
Impostos e taxas	(134)	(135)
Serviços de terceiros	(667)	(323)
Pessoal	(69)	(112)
Pesquisa e desenvolvimento	-	(392)
Rateio de despesa	(2.952)	(2.928)
Total das despesas administrativas e gerais	(3.822)	(3.890)

Elera Comercializadora Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais R\$)

16. Resultado financeiro

A Empresa reconhece o resultado financeiro, incluindo receitas e despesas financeiras, com base no regime de competência, ou seja, à medida que são incorridas, independentemente do momento do recebimento ou desembolso de caixa.

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, que são reconhecidas no resultado por meio do método de juros efetivos.

	2025	2024
Receita financeira		
Receitas com aplicações financeiras	3.217	3.710
Outros	-	7
Total	3.217	3.717

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com impostos sobre operações financeiras.

	2025	2024
Despesa financeira		
Despesas com juros concedidos	-	(24)
Despesas com letras de créditos	(18)	(19)
Imposto sobre operações financeiras	(611)	(600)
IOF sobre mútuo (Nota 10)	(188)	(184)
Multa e juros	(71)	-
Tarifas bancárias	(176)	-
Variação cambial	(3)	(162)
Total	(1.067)	(989)

17. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A Empresa apura o imposto de renda e a contribuição social com base no lucro real mediante a aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável.

A Administração avaliou a existência de incertezas relacionadas ao tratamento dos tributos sobre o lucro, conforme previsto no ICPC 22, e concluiu que não foram identificados impactos relevantes na apuração do imposto.

	2025	2024
Corrente		
Imposto de renda	-	(220)
Contribuição social	-	(589)
Total com despesas de impostos	-	(809)
Diferido		
Imposto de renda	-	2.419
Contribuição social	-	871
Total com despesas de impostos	-	3.290

Elera Comercializadora Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais R\$)

	2025	2024
Prejuízo antes de imposto de renda e contribuição social	(20.298)	(15.100)
	34%	34%
Resultado de imposto de renda e contribuição social às respectivas alíquotas (*)	6.901	5.134
Diferenças temporárias de IRPJ e CSLL	(4.159)	(2.676)
Ativos fiscais diferido não reconhecidos	(2.742)	-
Outros	-	23
Total	-	2.481

O imposto de renda e contribuição social diferido passivo são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual as entidades da Empresa espera no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo, as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para que estes créditos fiscais possam ser realizados, exceto:

Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado a cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

A legislação fiscal de imposto de renda e contribuição social determina que os prejuízos

Elera Comercializadora Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais R\$)

fiscais e a base negativa de contribuição social são compensáveis, em qualquer ano, no limite de 30% do lucro do exercício antes dos impostos, determinado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, ajustado conforme a legislação fiscal.

Os créditos tributários diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa não foram registrados pelo fato de a Empresa não ter expectativa de apuração de lucros fiscais futuros para realização dos referidos créditos tributários.

18. Transações com partes relacionadas

Em conformidade com os requisitos estabelecidos pelo CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, a Empresa considera como partes relacionadas todas as entidades pertencentes ao mesmo grupo econômico da Empresa. Essa definição abrange também transações, saldos e operações realizadas entre essas partes.

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

Os saldos das transações com as empresas do Grupo são apresentados conforme abaixo:

Ativo	Notas	2025	2024
<u>Contas a receber</u>			
Elera Renováveis S.A.	(a)	29.474	174.992
Elera Gestão e Energia S.A.	(a)	19.795	84.958
Salto Jaurú Energética S.A.	(a)	107	56
Serra dos Cavalinhos II Energética S.A.	(a)	-	56
São Luiz Energética S.A.	(a)	-	151
Tangará Energia S.A.	(a)	4.902	-
Central Geradora Eólica Seridó I S.A.	(a)	347	-
Central Geradora Eólica Seridó VI S.A.	(a)	374	-
Geração Biomassa Vista Alegre I S.A.	(a)	1.345	-
Outras partes relacionadas	(a)	3.713	-
Total		60.057	260.213
<u>Passivo</u>			
<u>Contas a pagar</u>			
Elera Renováveis S.A.	(b)	81.178	268.065
Elera Gestão e Energia S.A.	(b)	12.488	39.344
Serra dos Cavalinhos II Energética S.A.	(b)	4.704	5.120
TERP GLBLBR Brasil I Participações S.A.	(b)	-	3.802
Central Geradora Eólica Seridó VI S.A.	(b)	55	55
Pezzi Energética S.A.	(b)	3.626	4.751
Tangará Energia S.A.	(b)	17.747	-
Apollo Comercializadora S.A.	(b)	137	-
Geração Central Eólica Ventos de São Miguel S.A.	(b)	25	-
Geração Central Eólica Renascença I S.A.	(b)	12	-
Geração Eólica Renascença II S.A.	(b)	15	-
Geração Central Eólica Parque Renascença III S.A.	(b)	15	-
Geração Central Eólica Renascença IV S.A.	(b)	19	-
Total		120.021	321.137

Elera Comercializadora Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais R\$)

	Notas	2025	2024
Mútuos a pagar			
Elera Renováveis S.A.	(c)	9.278	9.090
Total		9.278	9.090
Resultado			
Comissões a receber			
Salto Jaurú Energética S.A.	(d)	1.171	694
Total	Nota 14	1.171	694
Receita			
Venda de energia elétrica			
Elera Renováveis S.A.	(e)	381.857	-
Geração Biomassa Vista Alegre I S.A.	(e)	8.809	-
Geração Bioeletricidade Vista Alegre II S.A.	(e)	8.925	-
Outras partes relacionadas	(e)	8.058	-
Total	Nota 14	407.649	-
Custo			
Compra de energia elétrica			
Apollo Comercializadora S.A.	(f)	(17.220)	-
Elera Renováveis S.A.	(f)	(705.688)	(338.123)
Elera Gestão e Energia S.A.	(f)	(14.845)	(1.868)
Serra dos Cavalinhos II Energética S.A.	(f)	(28.227)	(30.301)
Geração Central Eólica Renascença I S.A.	(f)	(12)	-
Geração Eólica Renascença II S.A.	(f)	(15)	-
Geração Central Eólica Parque Renascença III S.A.	(f)	(15)	-
Geração Central Eólica Renascença IV S.A.	(f)	(18)	-
Geração Central Eólica Ventos de São Miguel S.A.	(f)	(25)	-
Pezzi Energética S.A.	(f)	(18.846)	(16.497)
Tangará Energia S.A.	(f)	(26.699)	-
Total	Nota 15	(811.610)	(386.789)

- (a) Refere-se à compra e venda de energia elétrica para outras empresas do grupo, com vencimento no mês posterior ao da ocorrência. Em virtude da flexibilidade contratual dos clientes e de eventuais oportunidades de mercado, mensalmente é verificado se os montantes solicitados pelos clientes estão compatíveis com a energia assegurada de cada PCH. Neste sentido, eventuais déficits podem ser cobertos por outras PCHs do portfólio do grupo Elera Renováveis S.A. ou por aquisições externas. Preferencialmente, a Empresa aproveita sobras de energia das PCHs do grupo;
- (b) Contas a pagar entre a Empresa e as empresas do grupo, como compra de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção e outros;
- (c) Mútuo a pagar com empresa do grupo;
- (d) Em agosto de 2012, a Rede Comercializadora de Energia S.A. (Rede Energia) e a Empresa (BET) assinaram um instrumento de cessão onerosa de direitos por força do qual a Rede Energia cedeu à BET os direitos e obrigações de que era titular, perante a Salto Jaurú Energética S.A., conforme termo de entendimentos, por força do qual, em determinadas condições, a Empresa fica obrigada a pagar à Rede Energia valores de comissões incidentes sobre diferenças de valores entre a venda de energia no mercado livre e o preço pelo qual a energia seria vendida à CEMAT. Portanto, todas as obrigações de pagamento que a Empresa tinha para com a Rede Energia devem ser transferidas para a BET.
- (e) Venda de energia elétrica para outras empresas do grupo;
- (f) Compra de energia elétrica de outras empresas do grupo.

Elera Comercializadora Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais R\$)

Em 2025 e 2024, tendo em vista os acordos firmados entre os diretores, ora eleitos e as Empresas do grupo econômico do qual a Empresa faz parte, os diretores não receberam qualquer remuneração da Empresa para o presente exercício social.

19. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Análise dos instrumentos financeiros

A Empresa efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Os ativos financeiros da Empresa são classificados conforme demonstrado abaixo:

Ativo Financeiro	2025			2024		
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	329	-	329	8.240	-	8.240
Aplicações financeiras	-	17.240	17.240	-	27.024	27.024
Contas a receber de clientes	119.983	-	119.983	96.200	-	96.200
Contas a receber – Partes relacionadas	60.057	-	60.057	260.213	-	260.213
Contratos de comercialização de energia	-	405.524	405.524	-	341.091	341.091
Despesa antecipada	2	-	2	1	-	1
Outras contas a receber	8	-	8	-	-	-
Total	180.389	422.764	603.153	364.654	368.115	732.769

Passivo Financeiro	2025			2024		
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Contas a pagar e Fornecedores	58.366	-	58.366	38.403	-	38.403
Contas a pagar – Partes relacionadas	120.021	-	120.021	321.137	-	321.137
Mútuos a pagar	9.278	-	9.278	9.090	-	9.090
Contratos de comercialização de energia	-	426.678	426.678	-	350.013	350.013
Outras contas a pagar	-	-	-	404	-	404
Total	187.665	426.678	614.343	369.034	350.013	719.047

Elera Comercializadora Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais R\$)

Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá.

- a) No mercado principal para o ativo ou passivo;
- b) Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Empresa;

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada de preços cotados (não corrigidos) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo.

Os instrumentos financeiros da Empresa mensurada a valor justo enquadram-se integralmente no Nível 1 da hierarquia de mensuração, uma vez que seus valores são determinados com base em preços cotados em mercados ativos, acessíveis ao público e observáveis de forma direta na data de mensuração.

A Empresa classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo, e estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado.

Gestão de risco

As operações financeiras da Empresa são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando à segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas.

A política da Empresa estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de obrigações, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados às variações cambiais ou a quaisquer índices sujeitos a maiores volatilidades.

Neste sentido, a contratação de instrumentos financeiros derivativos pode ocorrer após análise do risco pela diretoria, simultaneamente ao contrato que deu origem a tal exposição.

Elera Comercializadora Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais R\$)

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado apenas por renomadas agências de análise de risco, o patrimônio líquido e os níveis de concentração de operações e recursos. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Empresa são:

i) Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Empresa a riscos de crédito referem-se às disponibilidades e as contas a receber. Todas as operações da Empresa são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

O risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é minimizado uma vez que os recebimentos ocorrem no mês subsequente ao fato gerador.

ii) Risco de liquidez

Representa o risco de escassez e dificuldade da Empresa honrar suas dívidas. A Empresa procura alinhar o vencimento de suas obrigações com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

iii) Risco de mercado

Os riscos de mercado estão basicamente associados as decisões de comercialização de energia, ou seja, as decisões direcionais ou comerciais geram exposições “contra o mercado” (Mark to Market - MtM), as quais devem ser satisfeitas em um segundo momento em que o valor de mercado tende a ser diferente daquele considerado na decisão.

Existem diferentes metodologias para monitorar as reais exposições do livro, porém, a mais comum é o “Value at Risk – VaR”. Nessa metodologia se considera que as flutuações dos preços futuro dos produtos remetem ao comportamento histórico do mercado. Essa relação, contudo, pode ser falha em um mercado onde o histórico é curto e existem outras variáveis que impactam. Portanto, tendo em vista o arcabouço metodológico de problemas de portfólio, a Administração entende como adequado ao setor de energia usar combinações de metodologias na quantificação do risco da carteira: por exemplo um mix de “stress test” e dados históricos ([VaR](#)). Essas juntas tendem a capturar de forma mais fidedigna as flutuações de curto prazo do mercado. Assim, obter os limites de PLD no mês seguinte para uma distribuição de probabilidade considerando a condição de contorno e, na sequência, correlacioná-la ao histórico de comportamento dos preços de mercado.

iv) Estimativa do valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes independentes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos.

Elera Comercializadora Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais R\$)

Pressupõe-se que os saldos das contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, são uma aproximação razoável dos seus valores justos e, assim, a Administração entende não ser necessária divulgação adicional.

Os saldos de fornecedores e dos demais instrumentos financeiros classificados como custo amortizado, conforme quadro abaixo, não possuem risco de mudança significativa de valor em caso de resgate e/ou liquidação antecipada. Dessa forma, os saldos apresentados são uma aproximação razoável dos seus valores justos, não sendo necessário divulgar sua estimativa.

v) Risco de preços de energia

A Empresa opera no mercado de compra e venda de energia com objetivo de alcançar resultados com as variações do preço de energia, respeitados os limites de risco pré-estabelecidos pela Administração. Esta atividade, portanto, expõe a Empresa a ao risco de preço futuro da energia.

As operações de compra e venda de energia futuras são reconhecidas pelo valor justo por meio do resultado, apurado pela diferença entre o preço contratado e o preço de mercado futuro estimado pela Empresa.

Derivativos

Durante o exercício de 2025 e 2024 a Empresa negociou com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de obter ganho financeiro sobre as diferenças de preço futuro entre operações de compra e venda de energia.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. As transações financeiras ocorridas entre ativos e passivos usuais são pertinentes às suas atividades econômicas.

Os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros se aproximam dos seus respectivos valores de mercado.

* * *